



## Tese nº 7

Tema: Fortalecimento do FNDC

Identificação: Pelo fortalecimento do FNDC

Autoria: Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

# À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

## Pelo fortalecimento do FNDC

Para compreendermos o papel estratégico que os meios de comunicação adquirem contemporaneamente no processo político, principalmente por sua participação na constituição da esfera pública, precisamos identificar as interfaces entre a comunicação e a política.

A partir do final do século XIX, temos uma ampliação da esfera pública e da participação política, antes privilégio de uma elite muito restrita, com forte poder alicerçado em bases patrimoniais e mecanismos de legitimação permeados pelos valores liberais clássicos. A ampliação da esfera pública surge em decorrência de inúmeros fatores, tais como a universalização da educação básica, a conquista de mais tempo livre pelos trabalhadores, com a redução da jornada de trabalho, criação de inúmeras formas associativas, com destaques para os sindicatos e os grandes partidos políticos de massa.

Esse processo político ampliado, além das determinações econômicas e tecnológicas, vai se articular com o crescimento da comunicação mediática *"nova modalidade de comunicação, substantivamente diversa da comunicação interpessoal até então única protagonista em cena"*. (Rubim, 1994, p. 67).

Portanto, o campo da comunicação mediática assumiu contemporaneamente um significado estratégico e não meramente instrumental, pois as transformações que nele ocorrem tem consequências relevantes em várias esferas da sociedade. Até pouco tempo atrás, a comunicação era compreendida como uma instância de representação do real, de reprodução em nível superestrutural do próprio sistema, como um meio tecnológico envolvido numa malha de relações preexistentes etc. Mais recentemente, os meios foram compreendidos de forma mais complexa, como instância construtora de novas formas de sociabilidade, redefinindo a própria natureza do espaço político.

Por isso, a comunicação não é apenas um instrumento à disposição dos indivíduos, dos grupos informais ou dos grupos organizados para darem a conhecer fatos, acontecimentos, pensamentos, vontades ou afetos. É, sobretudo, o processo instituinte do espaço público em que se desenrolam as suas ações e os seus discursos e coincide com o próprio jogo dos papéis que as instituições lhes destinam. Daí, a natureza paradoxal da comunicação, ao mesmo tempo instituinte e instituída, processo de elaboração de um espaço público e agenciamento das regras impostas pela conformidade social, pluralidade feita de múltiplas singularidades. (Rodrigues, 1990, p. 141).

A relação entre comunicação e política não seria, portanto, de causalidade, mas ocorreria de forma reflexionante, através de determinações recíprocas. Os media, portanto, também concentram poder nessa articulação dialética e a própria questão da democracia não pode ser pensada sem levá-los em conta, pois *"sem a democratização da comunicação mediática – e de sua dimensão pública – não há como falar, a rigor, de democracia na sociedade brasileira"*. (Rubim, 1992, p. 17).

Essas questões adquirem maior relevância no Brasil, onde a maior parte da população transitou de uma cultura oral, de base rural, para a nova oralidade eletrônica, sem a mediação de uma sólida cultura

literária, como ocorreu, por exemplo, nos principais países hispano-americanos. Sua importância se revela ainda maior, quando as situamos na sociedade brasileira atual, onde as contradições e paradoxos da modernidade de se apresentam de forma muito aguda, pois estamos vivendo a "*contemporaneidade do não coetâneo*".

No Brasil, o espaço público é, cada vez mais, espaço público mediatizado. Sobre essa sua nova configuração e sobre aspectos pontuais da relação comunicação e democracia, principalmente em função das eleições dos últimos anos, vários artigos e ensaios já foram publicados. A importância dos meios de comunicação nos episódios mais significativos ocorridos no período, campanha das diretas e eleição de Tancredo Neves, Constituinte, eleições presidenciais de 1989 e 1994, *impeachment* de Collor etc., têm sido uma constante desses estudos, embora sejam diversas as suas conclusões.

Como se trata de um processo ainda em curso, torna-se relevante compreender suas mutações, diante dos resultados alcançados, fracassos e da própria dinâmica do processo político que, ao longo do período, foi incorporando novos atores sociais com demandas específicas no campo comunicacional.

Parte-se do pressuposto que as transformações operadas na sociedade brasileira, com a participação do campo da comunicação mediática, condicionam a própria compreensão que os atores sociais passam a ter da interface de fenômeno comunicacional com a política e, conseqüentemente, com as condições de possibilidades efetivas de exercício da cidadania. A comunicação mediática é a "*cena em que o jogo das interações e o movimento dos atores ganham visibilidade social*" (Rodrigues, 1990, p. 141). O conceito de comunicação mediática aqui trabalhado engloba os mecanismos, dispositivos e formas de produção, circulação e consumo dos discursos sociais, mediados pelos modernos aparatos tecnológicos.

Para compreendermos as transformações ocorridas no discurso da sociedade civil sobre a problemática comunicação/democracia, faz-se necessária a análise das conjunturas políticas mais importantes das duas últimas décadas através da análise dos discursos sociais, não apenas como representação das tensões e conflitos sociais, mas como a forma de os próprios fenômenos políticos acontecerem, expressando ou não, contradições sociais mais profundas. Esses discursos engendraram múltiplas redes de comunicação, delimitando os campos de forças onde se expressam os conflitos sociais e onde também se realizam os processos de negociação, enfim, a gestão das representações sociais. Esse gerenciamento das representações social ocorre principalmente nos meios eletrônicos, onde, segundo Melo (1991, p. 299) "*reivindicar plenos direitos no exercício da comunicação implica enfrentar uma das questões essenciais para a consolidação de uma sociedade plural, com espaço para diferenças, diversidade e conflitos*".

Embora as dimensões estruturais sejam também determinantes, as conjunturas não podem ser entendidas independentemente das estratégias e da ação concreta dos grupos sociais no primeiro plano dos acontecimentos. Gramsci (1976, p. 33) afirma também que a hegemonia, direção cultural, moral e ideológica da sociedade "*pressupõe indubitavelmente que se devem levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre as quais a hegemonia é exercida*". A hegemonia se dá num processo dinâmico e é continuamente contestada e reafirmada, de acordo com a correlação de forças na sociedade civil. Essa correlação de forças se expressa nos discursos sociais, que se constituem na "*ponta do iceberg*", onde os acontecimentos são tecidos. Através de sua análise é também possível, de alguma forma, separar as dimensões episódicas (ocasionais) das orgânicas (estruturais).

O pressuposto básico desta tese é que as transformações ocorridas na sociedade, que se tornou inegavelmente mais complexa nas últimas décadas, tiveram, além de outras determinações, a ação da comunicação mediática, afetando as condições de sua compreensão pelos próprios sujeitos que a constituem. Essa importância que o campo da comunicação passou a ter, o teria transformado em terreno de disputa, ocasionando a ação política de setores da sociedade civil que consideram a sua democratização fundamental para o exercício da cidadania.

Como afirma Júlio Pinto (1994, p. 17) o sentido de um discurso é sempre dependente do contexto e que qualquer diferença nas condições de produção de dois discursos resulta em diferenças de sentido:

A ação da sociedade civil sobre a democratização se situou dentro de um campo de correlações de forças instáveis, com as tensões e confrontos de interesses assumindo diferentes configurações discursivas, num dinâmico dialogismo social. Durante esse período, a própria expressão *democratização da comunicação* foi ressemantizada inúmeras vezes, em função das mudanças na conjuntura política, das rearticulações de diferentes interesses e das perspectivas teóricas e, conseqüentemente, da própria

compreensão que os diversos movimentos e entidades iam tendo sobre a importância da comunicação mediática na configuração da esfera pública.

Provisoriamente e para efeito de contextualização, esse processo será dividido em três períodos que, em vários momentos se interpenetram e superpõem: período de resistência; período de conquistas e período de indefinições. A questão de fundo que perpassa todas essas fases é a da relação entre o sistema comunicação mediática brasileiro, consolidado a partir de meados da década de 60, e a democracia, ou seja, a construção da cidadania.

## A RESISTÊNCIA POSSÍVEL

A primeira fase começa com ações de forma ainda inorgânica logo após o golpe empresarial-militar de 1964, pois até então a comunicação mediática não se colocava como uma questão política relevante no Brasil, haja vista que nada consta sobre ela no elenco de reformas de base defendidas pelos setores progressistas e capitalizadas pelo governo João Goulart no período que antecede ao golpe. Dentre as razões dessa falta de percepção sobre a importância da comunicação podemos preliminarmente arrolar duas: a) Não havia no Brasil um sistema de comunicação de massa consolidado; e b) a sociedade brasileira, de base predominantemente rural, ainda não atingira a complexidade que vai alcançar depois, com o conseqüente aguçamento das suas contradições em todos os níveis da vida social.

A partir da segunda metade da década de 60, estrutura-se o sistema brasileiro de comunicação de massa, consolidando-se na década seguinte, estimulado pela modernização das telecomunicações realizadas pelo regime militar dentro dos pressupostos de sua "*doutrina de segurança nacional*". Os governos militares, de 1964 a 1985, tinham muita clareza sobre o papel político da comunicação mediática e implementaram políticas para o desenvolvimento de jornais, rádio, televisão e informática. Para os grandes jornais diários concederam empréstimos subsidiados para construção de novas sedes e modernos parques gráficos, além de lhes destinarem vultosas verbas publicitárias.

No campo das telecomunicações, infraestrutura básica para o rádio e a televisão, criou-se a Embratel, em 1965, e o Ministério das Comunicações e o Conselho Nacional de Telecomunicações, em 1967; instalou-se a rede nacional de microondas e o sistema de transmissão via satélite e transformou o Departamento de Correios e Telégrafos em empresa pública em 1969; em 1972 criou-se a Telebras e implantou-se a televisão em cores. De acordo com a doutrina de segurança nacional, ideologia oficial do regime militar, a comunicação, ao lado dos poderes militar, político e econômico, seria um dos quatro pilares básicos do poder nacional para se atingir a integração nacional e a integração social. Os meios de comunicação foram fundamentais para a modernização-conservadora, empreendida no período, e para a legitimação, ainda que precária, do regime.

Ao mesmo tempo em que o governo estimula de várias formas a implantação de um moderno sistema de comunicação, estabelecia mecanismos legais e ilegais de censura. Com a repressão e obstrução dos canais de expressão de interesses, começa uma resistência nos micro espaços sociais como nas comunidades eclesiais de base (CEBs), associações profissionais, remanescentes dos movimentos de *cultura popular*, organizações clandestinas etc. que desenvolvem mecanismos próprios de comunicação e de articulação de interesses. São meios de baixa tecnologia como jornais mimeografados, livretos, cartazes, panfletos etc., com circulação restrita, sem qualidade técnica e duração efêmera.

Esse período é marcado por denúncias contra o autoritarismo e só adquire uma expressão nacional com as mobilizações contra a censura e pela liberdade de expressão e demais direitos liberais clássicos, que ocorrerão na década de 70. A partir de 1969, durante o período de maior obscurantismo cultural e político da história recente do país, surgem diversas publicações periódicas alternativas com melhor qualidade gráfico-editorial, tais como *Pasquim*, *Opinião*, *Coojornal Movimento*, *Bondinho*, *Em Tempo*, *Brasil Mulher* etc. que, apesar do bombardeio da censura, travaram uma luta contra o autoritarismo através da conscientização, mobilização e organização popular.

No final dessa fase, entidades como a Fenaj, OAB, ABI, CNBB etc., passam a liderar o processo dando-lhe, inclusive, maior legitimidade. Para as esquerdas, um novo ator quebrava o monopólio anteriormente atribuído à classe operária: a sociedade civil, no seu sentido gramsciano. Os discursos mais expressivos da sociedade civil passam a ser também sobre determinados pela discussão travada em fóruns internacionais, a maioria patrocinada pela Unesco que propunha o estabelecimento de políticas nacionais de comunicação nos países do terceiro mundo, apoiados pela URSS, para construção de uma Nova Ordem Internacional da Informação (Noii), posteriormente denominada Nova Ordem

Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic). Essa proposta, que se confrontava com a política americana de *livre luxo da informação*, em pleno contexto da *guerra fria*, se situava fundamentalmente no plano superestrutural e institucional, o que limitava sobremaneira a sua eficácia.

No final da década de 70 e início dos anos 80, os setores mais progressistas da sociedade civil começam a redescobrir a democracia como *valor universal*, abandonando as adjetivações de *formal e burguesa* o que, simultaneamente ocorre em outros países da América Latina.

## ALGUMAS CONQUISTAS

A segunda fase tem um marco importante quando várias entidades da sociedade civil propõem a criação de uma Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação – FNLPCD durante o VII Congresso da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa da Comunicação – Abepec em 1983 em Florianópolis (SC). Há uma mudança substantiva no eixo de lutas que substitui *políticas nacionais de comunicação* por *políticas democráticas de comunicação*. Essa proposta estava em sintonia com o salto qualitativo dos setores organizados da sociedade que, sem abandonar os meios de resistência criados até então, vislumbram a possibilidade de transformações institucionais e constitucionais de maior envergadura. Nos discursos predomina, todavia, a concepção apocalíptica da comunicação de massa, considerando seu impacto na vida social nefasto, despolitizante e alienador e o eixo de lutas se situa ainda no plano jurídico, considerado fundamental para as profundas mudanças estruturais no sistema de comunicação.

A FNLPCD é criada no ano seguinte, em Brasília (DF), com a participação de dezenas de entidades e parlamentares, propondo medidas democratizantes para rádio, televisão, imprensa, cinema, publicidade, tecnologias de comunicação, liberdade de informação, educação e comunicação popular. Pela primeira vez, entidades da sociedade civil organizam uma frente nacional para tratar especificamente da democratização da comunicação. A Frente se instala efetivamente em setembro de 1984 em Brasília, formada inicialmente por 23 entidades (ABI, Fenaj, Abepec, Une, UCBC etc.) e com apoio de 18 parlamentares federais. Segundo o seu manifesto de constituição:

Os meios de comunicação não atendem às necessidades da população brasileira. O momento vivido pela nação, em sua luta pela conquista da democracia, exige mudanças profundas na estrutura do modelo de comunicação social vigente, para que este possa responder às expectativas e todos os setores da sociedade.

O documento da Frente tem um diagnóstico da comunicação social no Brasil, diretrizes para uma política de comunicação democrática e propostas de medidas para as áreas de televisão, rádio, imprensa gráfica, cinema, teatro, música, publicidade, novas tecnologias de comunicação etc.

Ainda em 1984, a Fenaj e entidades ligadas aos setores de telecomunicações e informática lançam uma "Proposta para uma política democrática de telecomunicações e de comunicação social", setores do MDB paulista elaboram o capítulo "Comunicações" do documento "Nova República" e o Centro de Comunicação e Cultura - CEC, de Brasília, lança o documento "A Transição Política e a Democratização da Comunicação Social". Em 1985, o Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos – Cebela, a partir de pesquisa realizada em conjunto com o Centre de Recherches pour le Développement International – CRDI, lança o documento "Proposta de uma Política Nacional de Comunicação para o Brasil" e em 1986 são publicados o livro "Muda Brasil", escrito por Fábio Konder Comparato para o PT e o "Anteprojeto Constitucional" elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais presidida por Afonso Arinos de Mello Franco.

Todos esses documentos, com diferentes enfoques, propõem a constituição de um sistema democrático e comunicação no Brasil. O fim dos monopólios, a criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social com a participação da sociedade civil, o reconhecimento do direito à comunicação, como um novo direito humano, e a liberdade irrestrita de expressão.

A partir de 1986 a ênfase nas *políticas democráticas de comunicação* é substituída por *democratização da comunicação*. No Congresso da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ

realizado naquele ano é lançada a *Carta de Brasília*, onde os jornalistas assumem o compromisso de lutar por um novo modelo de comunicação social, com a participação de todos os setores da sociedade na definição das políticas de comunicação. A carta afirma que:

O direito social à comunicação deve ser considerado indissociável da construção de uma sociedade democrática, tanto quanto os outros direitos, como os que a população reivindica em relação à terra, ao trabalho, à educação e à saúde. A Nova Constituição, além de consagrar o direito da sociedade à comunicação, deve também garantir as condições que assegurem a aplicação desse princípio.

O documento reivindicava a garantia de pleno acesso de todos os setores aos meios de comunicação para informarem, serem informados e se auto expressarem. Esse novo direito, já reconhecido por muitos países, vai muito além da formulação liberal expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de "livre fluxo de informação" e "liberdade de opinião e de expressão", mais centrados nos conteúdos das mensagens.

Em 1987, a Frente consolida todas as suas propostas e participa da mobilização nacional por sua incorporação à Constituição através de emenda popular. Neste mesmo ano surge em São Paulo (SP) o Movimento Nacional de Democratização da Comunicação – MNDC, que também apoia a emenda.

Apesar dos *lobbies* da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, Associação Nacional de Jornais – ANJ e Associação Nacional de Editores de Revistas e da ação de mais de uma centena de parlamentares concessionários de canais de rádio e televisão, várias propostas democratizantes foram incorporadas à Constituição de 1988, tais como:

- a) proibição de qualquer restrição à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação;
- b) proibição de monopólios e oligopólios de meios de comunicação social;
- c) regionalização da produção cultural, artística e jornalística;
- d) criação do Conselho de Comunicação Social, ligado ao Congresso Nacional, com participação da sociedade civil.

Embora apenas a liberdade irrestrita de expressão seja auto-aplicável, todos esses princípios constitucionais foram considerados vitória parcial pelas entidades da sociedade civil que participaram do processo de sua conquista.

## MUITAS CONQUISTAS

No ano de 1989, realiza-se em São Paulo o 1º Encontro Nacional de Rádios Livres, com apoio dos remanescentes do MNDC, quando é criado o Coletivo Nacional de Rádios Livres. No Rio de Janeiro, a rearticulação começa no ano seguinte com o lançamento do Comitê pela Democratização dos Meios de Comunicação na ABI, com apoio de 67 entidades sindicais e da sociedade civil. A Fenaj lança, durante seu 24º congresso, em novembro de 1990, o documento "Proposta dos jornalistas à sociedade civil", com a seguinte abertura:

Os jornalistas convidam as entidades da sociedade civil e os setores democráticos do país a constituir e integrar um Movimento Nacional para desenvolver uma ampla política de luta pela democratização da comunicação no Brasil. A proposta destaca, como objetivo principal, a democratização do rádio e da televisão, um serviço público que foi ilegitimamente constituído – amparado em ilegalidades, imoralidades, favorecimentos e corrupção – e hoje representa uma gigantesca estrutura de poder, autoritária e excludente, que não serve aos interesses do conjunto da Nação.

O documento da Fenaj, ao listar as dificuldades da luta pela democratização da comunicação, se refere às:

imprecisões decorrentes da falta de teorias abrangentes sobre o papel político e cultural dos modernos meios de comunicação de massa e suas funções na construção da hegemonia. Sofre, também, dificuldades da ciência política conceituar temas como 'esfera pública' e 'interesse público', na sua forma contemporânea, abordagens fundamentais para balizar a formulação de objetivos políticos dos setores preocupados com a democratização.

Ainda em novembro, após o lançamento da proposta da Fenaj, é criado em São Paulo o *Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação* e em abril de 1991, surge o terceiro, o *Comitê Mineiro pela Democratização da Comunicação*. Outros comitês são instalados nos principais estados brasileiros, culminando com a criação do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* no mês de junho.

O Fórum, no mesmo ano de sua criação, consegue se mobilizar e frustrar uma tentativa do governo conceder a exploração de serviços de cabodifusão via portaria ministerial; juntamente com a Abert apresenta e consegue aprovar no Congresso Nacional projeto de regulamentação do Conselho de Comunicação Social, sancionado pelo presidente Collor no último dia do ano (até hoje ainda não implantado), além de integrar as entidades de radialistas, técnicos e artistas de espetáculos públicos e entidades de outras categorias profissionais nesse processo.

No ano seguinte, a Frente apresenta o projeto de Lei de Informação Democrática, através do deputado federal Zaire Resende (PMDB-MG), que consolida as principais reivindicações das entidades que a compõem, para regulamentar os princípios constitucionais relativos à comunicação, que não eram autoaplicáveis. Os principais pontos do projeto são:

a) oligopólio; nenhuma empresa ou grupo poderá controlar mais de 30% da comunicação social de um estado ou do país, nem possuir, simultaneamente, emissoras de rádio e de televisão e veículo de imprensa em qualquer estado;

b) "direito de antena": os movimentos sociais e populares, de âmbito estadual ou nacional, terão horário gratuito nas emissoras de rádio e televisão;

c) regionalização: as emissoras de rádio e televisão dedicarão 40% de seu tempo a programas culturais, artísticos e informativos regionais locais;

d) produção independente: as emissoras ocuparão 30% de sua programação com produção independente;

e) caracterização de propaganda: toda matéria paga será caracterizada como tal;

f) sistema público: os sistemas públicos de rádio e televisão serão geridos pela sociedade civil;

e

g) transparência do Estado: liberdade de acesso e obtenção de informações junto às repartições públicas de qualquer natureza.

Depois de anos de luta da sociedade civil, sob a liderança do FNDC, finalmente em 2009 temos a realização da I Conferência Nacional de Comunicação, apesar do boicote da grande mídia oligopolista. Várias das teses nela aprovadas já estão sendo implementadas pelo Poder Executivo ou em tramitação no Congresso Nacional.

Diante do papel histórico do FNDC proponho que o XI Congresso Estadual dos Jornalistas encaminhe recomendação ao Congresso Nacional da categoria que haja ampla mobilização de nossas entidades representativas para ativação dos Comitês Estaduais pela Democratização da Comunicação.

## **PROPOSTAS:**

- Viabilizar algum apoio financeiro, com controle e transparência de gestão com regras preestabelecidas.
- Solicitar às entidades nacionais que estimulem suas entidades regionais a se filiar aos comitês do FNDC.
- Garantir a reunião periódica dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo do FNDC.
- Disponibilizar na página do FNDC toda a prestação de contas do FNDC duas vezes por ano.
- Pedir às entidades nacionais listagem dos representantes regionais em cada comitê e estabelecer um critério para toda vez que houver nova eleição das entidades e o representante no Comitê seja mudado, o FNDC deve ser comunicado oficialmente.
- Providenciar listagem de todas as entidades nacionais e regionais vinculadas ao FNDC para todos os comitês. Esse documento, além de conter o nome da entidade e do representante, deve conter ainda os contatos dos mesmos, sendo que a formatação deve vir por comitê. Cada vez que houver modificações, nova lista deve ser enviada.
- Realizar, pelo menos, dois seminários nacionais sobre temas relativos a Democratização da Comunicação. Os seminários devem atender ao revezamento entre regiões.

## REFERÊNCIAS

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Proposta dos jornalistas à sociedade civil**. Joinville: UFSC, 1991.

GOMES, Wilson. Pressupostos ético-políticos da questão da democratização da comunicação. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e FAUSTO NETO, Antônio (org.). **Comunicação e cultura contemporâneas**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

MOTA, Luiz Gonzaga e SILVA, Ubirajara da. Crítica das políticas de comunicação: entre o estado, a empresa e o povo. In: VIEIRA, Roberto A. Amaral. **Comunicação de massa: o impasse brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas. **Textos de cultura e comunicação**. Salvador, n.27, p.3-23, 1992

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Dos poderes dos *Media*: Comunicação, Sociabilidade e Política. In: FAUSTO NETO, Antônio, BRAGA, José Luiz e PORTO, Sérgio Dayrell. **Brasil Comunicação, Cultura & Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

**Belo Horizonte**  
**18 de novembro de 2011**